

EM BUSCA DO VIVER NOBREMENTE: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL NAS MINAS GERAIS SETECENTISTAS¹

IN SEARCH OF THE NOBLE LIVING: STRATEGIES FOR SOCIAL REPRODUCTION IN 18TH-CENTURY MINAS GERAIS

CARLA MARIA CARVALHO DE ALMEIDA²
VICTOR JOSÉ DO NASCIMENTO CUSTÓDIO³

DOI:

RESUMO

No século XVIII foi grande o número de portugueses que se direcionaram para a capitania de Minas Gerais e lá se constituíram como grandes proprietários. Contudo, como nas colônias não existiam instituições de reprodução nobre, para aqueles sujeitos que desejassem viver de forma semelhante à nobreza do reino, se fazia necessário criar mecanismos que garantissem a manutenção de suas terras, escravos e títulos arduamente conquistados. Essas estratégias de reprodução social tinham inspiração aristocrática e foram fundamentais para que algumas famílias das freguesias do ouro obtivessem grande prestígio no cenário do ultramar. Este trabalho analisa o perfil social dos homens ricos das freguesias de São Sebastião e São Caetano bem como o uso dessas táticas - especialmente dos "casamentos endogâmicos" e das "vendas fantásticas". Também é realizado um estudo de caso referente à família de Maximiliano de Oliveira Leite, uma importante autoridade da região e que ilustra muito bem as trajetórias dos proprietários das Minas que almejavam viver nobremente.

Palavras-chave: Monarquia pluricontinental. Elites coloniais. Minas Gerais. Estratégias de reprodução social.

ABSTRACT

In the 18th century, a large number of Portuguese moved to the captaincy of Minas Gerais and established themselves there as extensive landowners. However, as in the colonies there were no institutions of noble reproduction, for those subjects who wished to live in a similar way to the nobility of the kingdom, it was necessary to create mechanisms to guarantee the maintenance of their hard-won lands, slaves and titles. These strategies of social reproduction had an aristocratic inspiration and were fundamental for some families in the parishes of Ouro to obtain great prestige in the overseas scenario. This present work analyzes the social profile of rich men in the parishes of São Sebastião and São Caetano as well as the use of these tactics - especially "endogamous marriages" and "fantastic sales". A case study is also carried out regarding the family of Maximiliano de Oliveira Leite, an important authority in the region that illustrates very well the trajectories of Minas owners who wanted to live like nobles.

¹ Esse artigo é fruto do projeto de iniciação científica "As elites e os outros: reprodução social e rede de alianças em Minas Gerais no século XVIII" que foi orientado pela Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida e financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq – 2020/2021).

² Professora titular de História Moderna da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: carlamca@uol.com.br

³ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: victor.custodio@estudante.ufjf.br

Keywords: Pluricontinental Monarchy. Colonial Elites. Minas Gerais. Social Reproduction Strategies.

1 INTRODUÇÃO

Logo na primeira metade do século XVIII, muitos habitantes do reino de Portugal migraram para a capitania do Ouro na América e ali se estabeleceram como grandes proprietários e patriarcas de suas respectivas Casas⁴. Contudo, para aqueles que desejassem se constituir como *nobreza da terra*⁵ e viver aos moldes da aristocracia reinol, não bastava o acúmulo de bens materiais - expressos mormente por posses de terras e escravos - e bens simbólicos - leia-se títulos, cargos administrativos e demais mercês régias. Na verdade, para aqueles que almejavam esse tipo de ascensão social, se fazia necessário preservar intacto o patrimônio arduamente conquistado dentro de sua família ou grupo ou, em outras palavras, evitar o desmembramento dos bens ao longo das gerações.

Todavia, enquanto os nobres do reino dispunham de mecanismos institucionais para a sua reprodução social - o que se verifica sobretudo pelo estabelecimento de morgadios - na América Portuguesa vigorava mais frequentemente as leis de repartição igualitária de bens entre os herdeiros típica dos plebeus o que fazia com que os grandes proprietários das freguesias do ouro buscassem meios menos formais para a manutenção do seu status de *gente com alguma nobreza*.

Dessa forma, trabalhamos com a hipótese de que os homens ricos das Minas Gerais no século XVIII tinham como base de reprodução social práticas que alternavam entre o que era previsto no direito sucessório português e outras que não se embasavam nas formas previstas em lei, mas que eram inspiradas nos costumes da aristocracia reinol. Em nossa pesquisa, destacamos duas táticas bastante comuns entre os grandes proprietários da capitania: os casamentos endogâmicos e as *vendas fantásticas*. Os casamentos endogâmicos eram enlances matrimoniais entre membros de uma mesma família ou grupo - geralmente entre primos - que tinham como objetivo impedir que as posses da família fossem transferidas para outra Casa. Já as *vendas fantásticas* eram

⁴ Usamos neste trabalho o termo “Casa” com o sentido que Nuno Monteiro elaborou quando descreveu uma casa “como um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais a cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam” (MONTEIRO, 2003)

⁵ Importante ressaltar os estudos de Maria Beatriz Nizza da Silva onde se argumenta que aqueles que passavam pelo processo de “enobrecimento” na sociedade colonial brasileira incorporavam em grande medida uma “nobreza que dependia da graça ou mercê régia para existir” (SILVA, 2005)

falsos processos de compra e venda dos bens que ocorriam entre familiares no momento em que o grande proprietário estava próximo de seu falecimento. Usualmente, a venda ocorria para um filho ou para o cônjuge sobrevivente e o pagamento da dívida dessa venda era programado para longos anos, o que na prática mantinha o patrimônio unido em torno dos membros da família.

Tal estudo sobre os homens ricos de Minas Gerais bem como suas estratégias de reprodução social se relaciona a uma nova forma de enxergar as elites da América Portuguesa e as relações que estabeleciam com o poder central metropolitano. Essa nova perspectiva, por sua vez, é fruto de uma renovação historiográfica internacional a qual interpreta algumas monarquias da Europa Moderna a partir dos conceitos de pluralismo político, autoridades negociadas e autogoverno dos povos. Em outras palavras, os trabalhos historiográficos dessa linha interpretativa fazem prevalecer a visão de que o poder do monarca era compartilhado com outros grupos e instituições - o que incluía as elites dos espaços coloniais.

As análises de António Manuel Hespanha, por exemplo, verificam uma certa debilidade e passividade da monarquia e um caráter corporativo da sociedade imperial portuguesa (HESPANHA, 1994). Segundo Hespanha, a função do Rei naquela complexa estrutura social se limitava a “fazer justiça”, o que naquele contexto significava manter a harmonia entre as jurisdições concorrentes e garantir aos membros da sociedade aquilo que era tradicionalmente previsto em seu estatuto⁶.

Nesse sentido, as comunidades do Antigo Regime não só se auto-governavam como também negociavam com o centro de poder. No caso das Américas, apesar dos historiadores reconhecerem diferenças significativas na comparação com as comunidades metropolitanas, ainda se verifica fortes evidências dessa estrutura administrativa dinâmica que tinha o príncipe no topo e as famílias, comunidades e municipalidades em sua base. É importante considerar ainda que, as comunidades coloniais tinham grande papel na reprodução da sociedade metropolitana, seja pela sua relevância financeira ou pelos serviços delas requeridos para a conquista do Novo Mundo. Desse modo, observamos um poder central que era fraco demais para controlar o espaço

⁶ Além de Hespanha, mais autores discutem o caráter corporativo das sociedades do Antigo Regime como Bartolomé Clavero (CLAVERO, 1981) e Pablo F. Albaladejo (FERNÁNDEZ ALBALADEJO, 1992). Esses autores imaginam a sociedade como um organismo ordenado naturalmente onde a Coroa era a cabeça responsável por organizar seus membros expressos pelas diversas instâncias do reino e do ultramar.

imperial pela coerção, porém forte o suficiente para negociar com poderes múltiplos do reino e do ultramar⁷.

Essas comunidades coloniais responsáveis pela administração econômica, pela manutenção da ordem e bons costumes, dentre outras funções centrais para a garantia da governabilidade régia na América Portuguesa, eram as municipalidades dominadas pelas elites locais. Assim, entender esses grupos de grandes proprietários e suas estratégias de reprodução econômica, política e social é também conhecer um eixo instigante do funcionamento do mundo ultramarino.

O estudo das elites coloniais também viabiliza uma maior compreensão dos princípios ordenadores do Antigo Regime na sociedade escravista dos trópicos que, embora inegavelmente influenciados pelas práticas e costumes europeus, tiveram que se adaptar ao distinto cenário americano. Portanto, se faz necessário um estudo minucioso do cotidiano e do perfil social das elites locais no qual são consideradas não só as relações entre as “periferias” e as instituições e autoridades metropolitanas, mas também as redes de poder estabelecidas dentro do espaço colonial - redes essas que abrangem desde famílias que se pretendiam nobres até os grupos subalternos e escravizados.

O projeto “As elites e os outros: reprodução social e rede de alianças em Minas Gerais no século XVIII” teve em vista esses delineamentos teóricos e tomou como foco as elites locais da capitania de Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Mais especificamente, nos atentamos aos homens mais ricos das freguesias de São Sebastião e São Caetano, localizadas no que hoje é a cidade de Mariana⁸. Nosso objetivo, ao estudar esses personagens foi o de analisar aspectos típicos do processo de reprodução social da elite mineira setecentista e entender melhor a prática de criar mecanismos que impedissem o desmembramento dos bens dos grandes proprietários. Também tivemos em nosso horizonte a análise das Casas dos homens ricos em um período de tempo mais abrangente, com a finalidade de identificar se as estratégias utilizadas foram bem sucedidas ou não. Por fim, nos preocupamos em dialogar com a bibliografia existente sobre o tema a fim de discutir o grau de aproximação ou distinção que essas táticas de

⁷ É de muita valia nesse sentido o conceito de “Monarquia Pluricontinental” originalmente cunhado por Nuno Monteiro (MONTEIRO, 2010) e retomado por João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (FRAGOSO; GOUVEIA, 2009)

⁸ Freguesias que correspondem aos atuais distritos de Bandeirantes e Monsenhor Horta. A escolha dessas freguesias se deve ao fato de serem a residência de muitos dos homens ricos da região e também pela orientadora desse projeto, Carla Maria Carvalho de Almeida, ter tido contato com essas localidades em trabalhos anteriores (ALMEIDA, 2005)

reprodução social típicas de grupos de elite da América Portuguesa tinham em relação àquelas utilizadas pela aristocracia e pelas elites locais no centro do império português.

O presente artigo é fruto desse projeto e apresentará as conclusões que obtivemos nos nossos estudos e pesquisas. O texto é composto pelos tópicos principais: metodologia, resultados e discussão e finalmente a conclusão. O segundo tópico se subdivide em dois onde discutiremos a figura do homem rico nas Minas setecentistas e suas práticas para a manutenção do patrimônio - sobretudo os casamentos endogâmicos e as vendas fantásticas - e depois faremos um estudo de caso que tem como objeto a família de Maximiliano de Oliveira Leite, um grande proprietário que se fixou na freguesia de São Sebastião e conseguiu fazer com que seus descendentes ocupassem importantes espaços no cenário do império ultramarino português.

2 METODOLOGIA

Nossa principal estratégia de ação consistiu em trabalhar com uma extensa variedade de fontes documentais a fim de delinear aspectos gerais do cotidiano das Minas e comparar as práticas sociais verificadas com o que era previsto no direito sucessório português. Um dos pontos de partida para a nossa análise foi uma listagem do ano de 1756 feita pelo provedor da fazenda, Domingos Pinheiro, que apresenta 1.061 nomes dos indivíduos mais ricos da capitania de Minas Gerais⁹, informando o local de residência de cada um. A partir dessa listagem selecionamos alguns nomes para acompanhar as principais táticas que esses proprietários utilizaram com objetivo de preservar o patrimônio material e simbólico conquistado.

A documentação utilizada envolveu os livros de notas existentes na Casa Setecentista de Mariana - o que nos permitiu identificar registros de escrituras de compra e venda, créditos diversos e dotes, por exemplo - as fontes eclesiásticas e livros de registros dos casamentos das duas freguesias estudadas disponíveis no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) - importantes para analisar os enlaces matrimoniais e, a partir deles, as redes de alianças comerciais e clientelares que envolviam esses homens ricos - e sobretudo as fontes de caráter cartorial que envolve inventários *post-mortem*, testamentos e testamentárias - vestígios históricos que receberam atenção especial tendo em vista seu potencial de revelar com mais clareza as práticas e mecanismos de preservação dos bens de um grande proprietário falecido.

⁹ A listagem pode ser encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino com o localizador AHU-Con.Ultra.-Brasil/MG-, cx.70, doc.413.

Após a coleta e cruzamento dos dados coletados foi possível apreender características centrais daquele contexto social das Minas Gerais setecentistas, ou do processo geracional da ação social de acordo com o pensamento de Barth e Simona Cerruti¹⁰. O entendimento obtido foi posteriormente colocado em discussão com a bibliografia existente sobre o assunto com o objetivo de estabelecer uma relação com outras localidades da América Portuguesa e do Império Luso como um todo. Concordamos que a simples descrição do perfil social dos grandes proprietários da Capitania do Ouro não é suficiente para uma análise satisfatória das dinâmicas lá existentes, fazendo-se necessário uma comparação com outros grupos de diferentes tempos e lugares.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Os homens ricos de Minas Gerais e suas estratégias de reprodução social

Devido à descoberta dos veios auríferos no interior da América lusa, o século XVIII foi marcado por um grande movimento migratório de reinóis portugueses para a capitania de Minas Gerais. Chegando lá, muitos desses colonos tiveram como objetivo se destacar socialmente não só entre os outros habitantes das freguesias do ouro, como também a nível imperial. Todavia, em nossa pesquisa, notamos que alcançar o prestígio no vasto império ultramarino não era tarefa simples e para tal se fazia necessário suprir alguns pré-requisitos muito típicos do Antigo Regime nos Trópicos.

Inicialmente, era de grande importância para esses súditos que eles se constituíssem enquanto *nobreza da terra*. Tal posição no espaço colonial era atingida por meio da obtenção de títulos, cargos e honrarias - como hábitos de ordens militares, funções em conselhos e posições na administração da colônia - pela atuação em serviços importantes para garantir a conquista - a partir da guerra ou como familiares do Santo Ofício, por exemplo - e pelo acúmulo de cabedais e preservação do patrimônio herdado dos seus antepassados.

Também, era preciso que esses proprietários estabelecessem ligações sólidas entre suas respectivas casas e o centro do império. Isso era feito por meio de casamentos que uniam as filhas dessas famílias com outros reinóis, pelo envio de descendentes ou aparentados para o reino - muitos homens foram enviados à Coimbra para concluírem

¹⁰ BARTH, Fredrik. Process and form in social life. vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981 e CERRUTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

estudos na Universidade daquela cidade, por exemplo. Também era comum a estratégia de aproximação com altos funcionários régios, que se manifestava, por exemplo, na formação de relações de compadrio entre esses homens ricos e os governadores.

Por fim, aqueles que almejassem sua projeção social no ultramar deviam também se atentar à localidade na qual estavam estabelecidos, construindo lá uma base de suporte político e de redes parentais suficientes para a manutenção das alianças feitas com outros membros da elite local. Essas bases sociais, contudo, não se limitavam somente aos seus iguais, cabendo aos proprietários a constituição de vínculos interpessoais com diferentes camadas da sociedade incluindo os grupos subalternos e escravizados.

Após alcançada a tão desejada posição de prestígio que lhes permitisse passar a *viver nobremente*, esses sujeitos deveriam assegurar que seus descendentes e aparentados tivessem acesso aos mesmos prestígios e patrimônios conquistados, em outras palavras eles teriam de dispor de ações que garantissem sua reprodução social. Nas Minas Gerais foi comum o desenvolvimento de estratégias que, embora não pautadas pelo que era previsto formalmente nas instituições portuguesas, tinham inspiração nas tradições aristocráticas e eram eficazes para manter unidos os bens que se fossem dissolvidos a integridade de toda a família enquanto nobreza da terra entraria em risco.

Como já indicado, uma prática bastante recorrente nesse sentido foram os casamentos endogâmicos que poderiam ocorrer dentro do mesmo grupo e por vezes na mesma família. Em uma pesquisa feita pela professora Carla Maria Carvalho de Almeida referente aos arranjos matrimoniais que envolviam os homens ricos do termo de Mariana, verificou-se que, pelo menos 35,2% desses processos tinham evidências de endogamia no grupo. A historiadora argumenta que os dados revelam certa identificação desses homens enquanto grupo e os casamentos eram ferramentas para a sua auto-reprodução.

Em outros estudos, Carla de Almeida aponta outras características bastante instigantes desses enlaces matrimoniais. Na análise de 58 processos de casamento que diziam respeito às famílias dos grandes proprietários do termo de Mariana, se nota a predominância de noivos naturais do reino enquanto as noivas eram nascidas no espaço colonial sendo a maioria da própria capitania do ouro¹¹. Além disso, havia também uma considerável diferença de idade entre a maioria dos cônjuges sendo que em média os

¹¹ Enquanto 88,6% das noivas eram naturais da América Portuguesa, para os noivos esse percentual não passava de 11%. (ALMEIDA, 2007)

homens casavam-se com 38 anos e as mulheres com 19. A idade dos noivos bem como seus lugares de origem nos revelam o funcionamento da dinâmica de auto-reprodução dos homens mais ricos da comarca: aqueles sujeitos que saíram do reino em direção às Minas¹² tinham de se enriquecer e acumular cabedais ou prestígios, de forma a se inserir na vida social e política da localidade, só depois disso eles poderiam ter aprovação (por isso a idade avançada) para casarem-se com as jovens moças, filhas de outros homens ricos que, por sua vez, tiveram trajetórias semelhantes às dos noivos em questão.

Outro mecanismo bastante utilizado nas freguesias de Minas Gerais foram as chamadas “*vendas fantásticas*”. O nome origina-se da própria documentação de época consultada para se referir ao caráter fictício dos processos de compra e venda de bens, geralmente entre parentes ou sócios, que ocorriam às vésperas do falecimento do inventariado¹³.

Importante notar que, apesar de o direito sucessório português - que também foi transferido para a América Portuguesa - ter definido a repartição igualitária dos bens entre os herdeiros em caso de morte do proprietário, isso nem sempre era realizado. Nesse sentido, as autoras Sheila de Castro Faria e Silvia Brugger demonstram casos que se faz necessário repensar a efetividade do que era previsto formalmente e as outras formas de transmissão dos bens que não ocorriam logo após o falecimento dos patriarcas das famílias.

No caso das vendas fantásticas, o que os proprietários buscavam ao utilizar esse mecanismo era se aproximar do que a aristocracia do reino já contava, graças aos aparatos institucionais que garantiam a integridade dos bens e da perpetuação da casa, como a instituição do morgadio. Nas Minas a partir da falsa venda dos bens, o patrimônio era transformado numa dívida a ser paga em muitos anos, mantendo-se assim intacta sua integridade dentro da família.

Entre os inventários referentes aos homens ricos que tivemos contato, em 23,7% dos processos o patrimônio do proprietário era composto por uma única grande dívida ativa originada de uma escritura feita em um curto período antes de seu falecimento na qual se fazia venda de todos os seus bens (ALMEIDA, 2010). Geralmente as escrituras

¹² Importante ainda notar que nos mesmos estudos, Carla de Almeida aponta que os imigrantes saíam do reino ainda muito jovens (em média 16 anos) sendo que uma parcela considerável se deslocou para as Minas com 10 ou 11 anos de idade.

¹³ A primeira constatação na documentação consultada do uso do termo foi em 1765 quando faleceu na freguesia de Santo Antônio da Itaverava do termo de Ouro Preto Antônio Soares Barros, um homem rico da região. Em seu testamento foi encontrada uma declaração em que dizia ter feito uma venda de todos os seus bens a José Coelho da Silva e Domingos da Silva Pacheco no valor de 19.000 cruzados a serem pagos em dilatado tempo. Testamento – Casa do Pilar de Ouro Preto – 1 o ofício, 307- 6585 (1773)

eram feitas para a viúva, para um parente próximo ou para algum sócio da família. Nota-se também que entre os homens ricos que possuíam maior monte-mor - e também maior acúmulo de hábitos das ordens militares, patentes de oficiais nas ordenanças e ocupação de postos na vereança - a prática das vendas fantásticas era ainda mais comum em comparação com os outros nomes da lista de 1756, o que nos revela que essa estratégia era típica daquelas famílias mais abastadas, com maiores anseios de nobreza e que, naturalmente, se preocupavam mais em garantir a integridade de seus bens materiais e simbólicos.

2.2 Um estudo de caso - A família de Maximiliano de Oliveira Leite

Dentre os primeiros povoadores da capitania de Minas Gerais e que posteriormente apareceria como um dos homens mais ricos da região na listagem de 1756 estava o coronel Maximiliano de Oliveira Leite. Tendo como origem uma das principais famílias de São Paulo, Maximiliano era neto do bandeirante e governador das esmeraldas Fernão Dias Paes Leme e sobrinho do também bandeirante e guarda-mor das Minas Garcia Rodrigues Paes Leme. Seguindo os passos de seu avô e seu tio, ele se dirigiu às Minas Gerais a serviço da coroa portuguesa na conquista de novos territórios. Mais tarde se fixou na freguesia de São Sebastião onde constituiu um grande patrimônio, uma extensa rede de familiares e sócios e um nome de destaque (FRANCO, 1989).

Enquanto alguns proprietários que se direcionaram às Minas não ultrapassaram as fronteiras da capitania em termos de influência e prestígio, a família do guarda-mor Maximiliano se projetou para fora da América Portuguesa, ocupando espaços de relevância até mesmo dentro do reino. Diante disso, pensamos que, devido à condição social solidamente construída por seus antepassados e o sucesso de diversas estratégias empregadas, Maximiliano de Oliveira Leite e seus descendentes conseguiram traçar uma trajetória de ascensão mais ampla se constituindo como uma verdadeira elite imperial.

O desejo de se alcançar uma posição de elevado prestígio e se consolidar como uma nobreza da terra de projeções imperiais é percebido através do acentuado esforço em conquistar cargos, títulos, mercês e honrarias que fossem reconhecidas pela sociedade de dentro e sobretudo de fora da capitania do ouro. Os parentes de Maximiliano buscaram integrar ordens militares - especialmente a Ordem de Cristo - e/ou se tornar familiares do Santo Ofício, fidalgos da Casa Real e Guardas, Capitães ou Sargentos-mores. Ademais, percebemos casos de membros do tronco familiar sendo

enviados para operar do centro do Império, como foi o caso do filho de Maximiliano, José Pires Monteiro de Oliveira que ocupou importantes cargos como o de juiz de fora do Loure, auditor do Regimento de Cascais, provedor da câmara de Lamego e de Conservador da Universidade de Coimbra. Vale lembrar que era muito importante do ponto de vista estratégico que uma família com ambições imperiais tivesse um correspondente no reino a fim de intermediar os negócios da família, garantir que fossem efetivadas as recompensas pelos serviços prestados nos espaços coloniais e encaminhar os sobrinhos e afilhados para os estudos nas universidades reinóis¹⁴.

Além disso, é importante destacar que o sobrinho de Maximiliano de Oliveira Leite, José Caetano Rodrigues Horta, também apareceu na listagem como um dos homens mais ricos da região. Seu pai era Caetano Álvares Rodrigues que além de cunhado de Maximiliano era seu vizinho e sócio de negócios¹⁵. Em 1756, quando foi feita a lista, José Caetano já estava casado com sua prima-irmã D. Ignácia Maria Pires de Oliveira. Este não foi o único caso de casamento endogâmico nesse tronco familiar. Na verdade, o uso desse artifício de reprodução social foi muito comum e das cinco filhas do guarda-mor, quatro se casaram com outros homens ricos.

Mais especificamente, duas filhas se casaram com parentes da capitania e as outras três se uniram a reinóis, sendo dois deles ligados a atividades mercantis. Percebemos, portanto, que a escolha dos genros tinha um acentuado caráter estratégico no sentido de que ao mesmo tempo que garantia a manutenção dos bens materiais e simbólicos, também fortalecia os laços da família com nomes do reino e com intermediadores comerciais no ultramar.

Notamos também que todos os genros de Maximiliano eram ou viriam a se tornar Cavaleiros da Ordem de Cristo - posição que rendia muito prestígio e os mais altos postos das forças militares na capitania. Dentre esses, quatro deles integraram as ordenanças e um a cavalaria auxiliar. Esses sujeitos também ocuparam cargos nas câmaras de suas respectivas localidades. O sucesso na ascensão social dos genros - sobretudo no que diz respeito à ocupação de cargos políticos - também era de interesse do grande

¹⁴ Em seu estudo, Carla de Almeida analisa outros descendentes de Maximiliano que estudaram nas universidades do reino, sobretudo na Universidade de Coimbra (ALMEIDA, 2007)

¹⁵ Maximiliano e Caetano eram dois coronéis e se constituíram como os dois homens mais poderosos da região da Vila de Nossa Senhora do Carmo. A autoridade, contudo, não advinha somente das posses e relações com o reino, ela se devia também ao emprego de escravos armados que lhes serviam como capangas e asseguravam o poder de mando na região. Em um artigo as professoras Ana Paula Pereira Costa e Carla Maria Carvalho de Almeida analisam com mais profundidade as dimensões sociais e políticas dessa prática por esses personagens (COSTA e ALMEIDA, 2020)

proprietário, pois a partir disso o poder de mando na região era garantido e suas redes de sustentação eram fortalecidas.

Já para aqueles que se uniam às filhas do guarda-mor, os enlaces matrimoniais eram uma grande possibilidade de conquistar posições de prestígio dentro da sociedade de Antigo Regime. Como apontado já naquela época em alguns documentos, a família de Maximiliano era formada de “pessoas principais deste bispado, nobres e de nobre geração”¹⁶ e ser um aparentado desse grupo era também viver dessa nobreza.

Para além dos casamentos, a venda fantástica foi outro artifício estrategicamente utilizado por esta família. No testamento de Maximiliano, datado de 1760, encontrava-se a declaração de venda de todos os seus bens para o seu filho Francisco Paes de Oliveira Leite, sendo a escritura do valor de 82 mil cruzados a serem pagos em 30 anos¹⁷. Essa venda foi feita pouco antes do falecimento do guarda-mor e teve como efeito prático a transferência de todos os bens do filho, evitando assim a partilha dos mesmos entre todos os herdeiros - tal qual era previsto no direito sucessório português.

Longos anos se passaram e os bens ainda se encontravam reunidos, o que se evidencia no testamento do filho Francisco datado de 1810¹⁸. Essa documentação nos revela que não só os bens dos pais que faleceram em 1760 não se desmembraram, como também se mantiveram intactas as posses do tio Caetano Álvares Rodrigues das quais Maximiliano havia se tornado administrador.

Somente após a morte do gestor dos bens e comprador no processo da venda fantástica, os bens foram partilhados, o que observamos pelas ações requeridas por José Caetano Rodrigues Horta - neto de Maximiliano - que desejava reaver os bens dos quais se julgava no direito de receber. Dessa forma, podemos perceber que os membros da família reconheciam a legitimidade da figura de Francisco Paes de Oliveira Leite como o escolhido pelo patriarca como o guardião dos bens materiais e simbólicos da casa. Apenas depois do falecimento deste guardião é que os herdeiros se permitiram buscar a justiça para ter acesso ao patrimônio.

O respeito da família à decisão de Maximiliano, mesmo após anos depois de sua morte, nos demonstra que existia ali uma consolidada noção partilhada de pertencimento a uma Casa, característica das famílias nobres da sociedade de Antigo Regime. Fica claro também o sucesso da tática empregada pelo grande proprietário que, apesar de se

¹⁶ Processo Matrimonial – AEAM – No. 4768 – Armário 04 – Pasta 477

¹⁷ Testamento de Maximiliano de Oliveira Leite - CSM, 1º Ofício – Livro 69 – f.3.

¹⁸ CSM – I o Ofício – Livro 1 – p.66 verso.

constituir como um mecanismo informal e não sustentado pelas instituições tradicionais, foi essencial para que por longos anos se mantivessem intactos os bens que ele e seus antepassados arduamente conquistaram com o objetivo de viver sob a lei da nobreza.

4 CONCLUSÃO

Os sujeitos que saíram do reino e se fixaram na capitania de Minas Gerais no século XVIII em busca de algum grau de nobreza deveriam não só acumular terras, escravos e bens simbólicos como também criar estratégias de reprodução social e manutenção do patrimônio. Demonstramos nesta pesquisa que alguns dos homens ricos da região praticaram esses mecanismos e foram muito bem sucedidos a ponto de se destacar no espaço ultramarino português. Na sociedade de Antigo Regime, fortemente marcada pela desigualdade entre as gentes e pelo movimento social baseado no acúmulo de privilégios, os deveres morais e afetivos sobrepujavam os deveres formalmente constituídos - o que valia mesmo para o rei. Portanto, mesmo que as estratégias utilizadas por aqueles homens ricos das freguesias de São Sebastião e São Caetano não fossem pautadas pelo que era previsto institucionalmente, elas poderiam ser empreendidas e ampliadas, desde que respeitassem a lógica e regras tácitas da dinâmica das autoridades negociadas.

Como vimos no caso de Maximiliano, essas táticas - em mais específico as vendas fantásticas e os casamentos endogâmicos - foram fundamentais para que ele se tornasse grande organizador da sua Casa composta por uma rede de cunhados, sobrinhos, filhos, genros, aparentados e escravos. O guarda-mor conseguiu simultaneamente ampliar o seu patrimônio e mantê-lo reunido para que os seus herdeiros também pudessem desfrutar da lei da nobreza e obter alguma relevância em meio à dinâmica social, o que de fato se verifica pela projeção efetiva de vários de seus descendentes na estrutura política do Império Português e posteriormente do Império do Brasil.

A partir desse projeto, fez-se evidente a importância das redes clientelares e a lógica de autoridades negociadas não só para as elites locais que desejavam ascender socialmente como também para o rei que deveria assegurar sua autoridade sobre as possessões coloniais. Também percebemos como era o funcionamento de uma Casa onde a figura do chefe se evidenciava pelos poderes econômicos e aqueles de caráter político, sendo este patriarca figura de extrema importância para o crescimento e reprodução do nome da família. Destarte, o estudo deste caso, bem como de muitos outros homens ricos das freguesias do ouro nos revelou diversos aspectos da complexa

dinâmica social econômica e política que se estendia por todo o ultramar e reunia variados tipos de gentes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos órgãos de fomento da Universidade Federal de Juiz de Fora e ao CNPq pelo apoio e financiamento da bolsa de Iniciação Científica. Também somos gratos aos avaliadores, professores, discentes e demais participantes da SEMIC/UFJF-2021 que possibilitaram a divulgação da nossa pesquisa, bem como um proveitoso diálogo com outros trabalhos da área de Ciências Humanas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla M. C. de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

ALMEIDA, Carla Maria C. de. **Homens ricos em Minas colonial**. In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados**. In: FRAGOSO, João, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARTH, Fredrik. **Process and form in social life. vol. 1**, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. **Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

CERRUTI, Simona. **Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII**. In: REVEL, Jacques (org.). Jogos de escalas. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CLAVERO, Bartolomé. **Institución Política y Derecho: acerca del concepto historiográfico de “Estado Moderno”**. Revista de Estudios Políticos, n. 19, 1981.

COSTA, Ana Paula Pereira e ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, **Colonial elites and their armed slaves: politics, clientele, and self-government of elite households in eighteenth century Minas**, Revista de Indias, LXXX/280 (Madrid, 2020): 687-718.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Sobre a temática dos casamentos e

a dinâmica de transmissão dos bens, o trabalho pioneiro de Muriel Nazzari é incontornável.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

FERNÁNDEZ ALBALADEJO, Pablo. **Fragmentos de Monarquía: trabajos de historia política**. Madrid: Alianza, 1992.

FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima. **Monarquia pluricontinental e república: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII**. In: Tempo, vol. 14, nº 27, Niterói, jul/dez. 2009.

FRANCO, Francisco Assis de. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

HESPANHA, Antônio, M. **Às vésperas do Leviathan**. Coimbra: Almedina, 1994.

MONTEIRO, Nuno G. **A ‘tragédia dos Távoras’. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII**. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Fátima (orgs.). Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONTEIRO, Nuno. **O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1832)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. p. 95.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Unesp, 2005.